

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JOSÉ DIOGO ROSA PRAÇA

**PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE
TOMADA DE DECISÃO PARA FINS FISCAIS: LUCRO REAL X
LUCRO PRESUMIDO**

MONOGRAFIA

Rio de Janeiro

2018

JOSÉ DIOGO ROSA PRAÇA

**PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE
TOMADA DE DECISÃO PARA FINS FISCAIS: LUCRO REAL X
LUCRO PRESUMIDO**

Trabalho de conclusão de Curso
requisitado como exigência obrigatória
para a obtenção de título de bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade
Federal do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Washington J. de
Brito Filho. Prof. Dr. Natan Szuster

Rio de Janeiro

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, que sempre me deu todo o suporte necessário que um estudante necessita em sua trajetória.

Agradeço aos queridos professores e professoras que participaram desta minha graduação ao longo desses quatro anos.

Agradeço ao Professor Dr. Washington e Professor Dr. Nathan Szuster que aceitaram orientar esta monografia e pelos ensinamentos passados de Legislação Fiscal e Tributária que me ajudaram na faculdade e me ajudam na rotina de trabalho

Agradeço em especial, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, pelos conhecimentos passados, pelos valores fora de classe passados, por se tornar minha segunda casa e por mudar minha vida, sempre serei grato.

*“A mudança não virá se esperarmos por
outra pessoa ou outros tempos. Nós somos
aqueles por quem estávamos esperando. Nós
somos a mudança que procuramos. ”*

Barack Obama

Resumo

Em virtude da maior preocupação inerente às empresas hoje com relação à alta carga tributária e aos impactos anuais que os tributos ocasionam no caixa da empresa, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar e interpretar as diferentes formas de tributação existentes, com foco no Lucro Real e Lucro Presumido através de um estudo de caso. Demonstrando que através de um bom planejamento tributário, é possível minimizar os impostos e consequentemente uma alteração no fluxo de caixa da empresa, deixando assim de desembolsar quantias que seriam mais altas em uma outra opção fiscal. Nesse contexto, busca-se evidenciar cada regime de apuração descriminando suas regras e interpretando de forma adequada o impacto fiscal que pode ser ocasionado, dando como base a parte teórica amparada por lei, aplicando-a em um estudo de caso, para este foi utilizado o regime de competência para apuração de ambos os regimes fiscais. O estudo se justifica em função da importância de escolha de regime de apuração fiscal no início do ano já que é notório as entidades que ainda falham nesse sentido e desembolsam quantidades de caixa desnecessárias com tributos por conta de negligência de seus contadores e empresários encarregados que por falta de conhecimento podem colocar em cheque a continuidade da empresa.

Palavras chave: Planejamento tributário, Lucro Real, Lucro Presumido.

Lista de Quadros

Quadro 1: Pessoas Jurídicas Obrigadas ao Lucro Real	13
Quadro 2: Parte A x Parte B	13
Quadro 3: DRE	17
Quadro 4: Balanço Patrimonial	18
Quadro 5: Cálculo do Crédito de PIS e COFINS Não Cumulativo	19
Quadro 6: Cálculo do PIS e COFINS Não Cumulativo Lucro Real	19
Quadro 7: DRE Ajustada	21
Quadro 8: Lucro Real LALUR.....	22
Quadro 9: Cálculo do PIS e COFINS Cumulativo – Lucro Presumido	24
Quadro 10: Lucro Presumido	25
Quadro 11: Comparação Final Tributos	26

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	8
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	8
1.2 PROBLEMA	9
1.3 OBJETIVOS	9
1.3.1 OBJETIVO GERAL.....	9
1.3.2 OBJETIVO ESPECÍFICO.....	9
1.4 JUSTIFICATIVA	10
1.5 LIMITAÇÃO DO ESTUDO	10
1.6 METODOLOGIA.....	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1 CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA	11
2.2 IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA	11
2.2.1 LUCRO REAL	12-13
2.2.1.1 ADIÇÕES E EXCLUSÕES AO LUCRO REAL	14
2.2.2 LUCRO PRESUMIDO.....	14-15
3 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: LUCRO REAL X LUCRO PRESUMIDO	15
3.1 O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO	15-16
3.2 REALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO	16-17
3.2.1 ESTUDO DAS QUESTÕES FISCAIS DO FATO PESQUISADO	18
3.2.2 APURAÇÃO LUCRO REAL	18-23
3.2.3 APURAÇÃO LUCRO PRESUMIDO	23-26
4 CONCLUSÃO – LUCRO REAL X LUCRO PRESUMIDO	26-27
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	28

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Guarda livros, escriturário, Controller, CFO. Quando se analisa o passado, presente e futuro é notório o impacto que a evolução tecnológica teve na profissão do contador, trazendo mais responsabilidades e com um papel de tomada de decisão mais forte, deixando de lado por exemplo expressões arcaicas como guarda livros.

Não obstante, o impacto na parte financeira vem exigindo de modo mais incisivo de seus profissionais ano após ano a redução dos custos e despesas a fim de maximizar seus lucros e uma dessas alternativas é promover uma elisão fiscal que é uma alternativa lícita para reduzir tributos em que a operação é realizada de acordo com a legislação fiscal vigente, com possibilidades de adotar escolhas menos onerosas ou utilizando-se de lacunas da lei (Fabretti,2016)

Em contrapartida, é de fácil identificação que ainda existam controllers e empresários que não dão a devida importância ao impacto fiscal incidente sobre suas atividades operacionais e se preocupam mais com o negócio em questão, o que pode levar a sérias consequências e gastos desnecessários.

Com isso, pode-se classificar então, como catalisador reverso deste processo, o planejamento tributário, que pode ser caracterizado como ponto de partida para a gestão fiscal da empresa, pois é nele que irão se esboçar projeções, estimativas e testes a fim de identificar qual regime de apuração fiscal é mais adequado para o curso da entidade ao longo do ano no sentido de que irá se gastar uma menor quantia com o pagamento de tributos dentre eles iremos evidenciar o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL) as Contribuições para o Financiamento a Seguridade Social (COFINS) Contribuições de Programa de Integridade Social (PIS) .

O que pode ser melhor explicado pelo fato de existir hoje no Brasil diferentes alíquotas para impostos de acordo com o regime de apuração fiscal, além da alta carga tributária que as empresas são submetidas, que representa um significativo desembolso financeiro, interferindo diretamente no resultado econômico da empresa. Tornou-se indispensável, então, o planejamento tributário.

1.2 PROBLEMA

Tendo em vista que além da alta carga tributária que as empresas são submetidas, existe no Brasil uma variação de alíquotas para o mesmo imposto, em razão dos diferentes regimes de apuração fiscal atuais. Por isso, o presente estudo tem o intuito de averiguar as características e particularidades dos regimes tributários do lucro presumido e real afim de evidenciar a sua real importância dentro das sociedades em que se enquadram. Considerando isso, **questiona-se: É possível reduzir o pagamento de tributos de uma entidade prestadora de serviços através de um adequado planejamento tributário comparando o Lucro Real com o Lucro Presumido?**

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 OBJETIVO GERAL

O estudo tem como principal objetivo evidenciar o melhor enquadramento das entidades perante o fisco com relação ao regime de apuração fiscal.

1.3.2 OBJETIVO ESPECÍFICO

- Interpretar e evidenciar adequadamente os artigos tributários com sustentação teórica das legislações vigentes;
- Identificar as alíquotas referentes a cada regime de apuração fiscal e suas particularidades;
- Estudo de caso em uma empresa de serviços, por meio de um planejamento tributário;
- Elaborar as demonstrações necessárias para a realização do estudo como: DRE, Balanço Patrimonial, Identificação da Receita Bruta e sua atividade;
- Verificar o resultado das comparações entre o Lucro Real e Lucro Presumido demonstrando qual é a mais vantajosa.

1.4 JUSTIFICATIVA

Esse estudo justifica-se pela crescente necessidade das entidades privadas de controlar e mitigar seus gastos tributários, uma vez que elas estão submetidas a impostos incidentes sobre suas atividades de acordo com os seus regimes de apuração escolhidos. Além disso, vale destacar que o advento dos SPEDS contábil e fiscais (ECD, ECF, EFD) o cruzamento de informações se tornou rigoroso e eficaz, tornando indispensável um controle fiscal maior, para não ocasionar em custos adicionais maiores com multas de mora e retificações.

Tendo em vista esses fatos, o planejamento tributário vem ao encontro dessas afirmativas, o planejamento tributário pode ser definido, de forma simplificada, como a utilização de alternativas mais vantajosas econômica e financeiramente, amparada com alternativa que represente menos desembolso de tributos para o contribuinte. (Pêgas, 2017).

1.5 LIMITAÇÃO DO ESTUDO

Neste estudo, o desenvolvimento se dará mediante as informações coletadas e a interpretação destas perante a legislação fiscal para realização do Planejamento Tributário. Contudo, apenas perante as entidades privadas do ramo de serviços de Assessoria Financeira e Taxa de Administração, que são as atividades existentes no objeto social da empresa estudada.

Aplicando de acordo com este serviço, as alíquotas e as particularidades dessa atividade no âmbito fiscal.

1.6 METODOLOGIA

O presente estudo se dará através de uma pesquisa descritiva por intermédio de um estudo de caso.

No Estudo de Caso, a preocupação do investigador é a de contribuir para o desenvolvimento do caso ou dos casos em estudo através do feedback de informação que pode guiar a revisão e refinamento da ação. (BARBIER, 2007)

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

A contabilidade tributária constitui um dos principais pilares da Contabilidade e sua ciência, especialmente no Brasil que possui uma gama de regras para os tributos e um modelo de arrecadação complexo em que existem tributos que são cobrados pelo mesmo fato gerador, como é o caso por exemplo do Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) o que vai ao encontro do interesse do fisco de aumentar o seu arrecadamento e da afirmativa de Marion (2009) que diz “ Outro grande interessado na informação contábil é o governo, que utiliza a contabilidade para conhecer a movimentação que gera tributos aos cofres públicos.”

Nesse sentido, a organização deve estar em dia quanto ao tratamento fiscal que deverá tomar frente a sua atividade e atualizar frequentemente tendo vista as possíveis mudanças fiscais. Vale destacar que o tributo só pode ser instituído ou majorado perante lei de acordo o princípio da legalidade, com o art. 150 Inciso I da CF/1988.

2.2 TRIBUTAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA

As entidades jurídicas no Brasil são submetidas a regimes de apurações fiscais, por opção ou por obrigação, em virtude de suas regras. Uma vez escolhido ou obrigado, a entidade deverá respeitar as leis e características de cada um desses. Os regimes são:

1. Lucro Real
2. Lucro Presumido
3. Lucro Arbitrado
4. Simples Nacional

Neste estudo iremos evidenciar as características e comparações entre o Lucro real e Lucro Presumido, que são os dois regimes de objeto do nosso estudo.

2.2.1 LUCRO REAL

O Lucro Real é a forma de tributação das pessoas jurídicas que tem como sua base o resultado (Lucro ou Prejuízo contábil) líquido ajustado pelas adições, exclusões ou compensações previstas em lei.

No Lucro Real, a empresa paga o IRPJ e a CSLL efetivamente devidos, uma vez que as respectivas bases de cálculo são apuradas em Balanços que refletem a realidade econômica e financeira das empresas. Suas alíquotas para IRPJ e CSLL são de 15% e 9% respectivamente, porém, o lucro líquido já ajustado que ultrapassar R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) mensais, terá a incidência de um adicional para fins de Imposto de Renda, sendo essa alíquota de 10%.

Além disso é possível a utilização de prejuízos fiscais ocorridos em períodos anteriores, limitado a 30% do lucro líquido ajustado, para fins de Imposto de Renda. Esse prejuízo fiscal como é um fato que impactará no futuro é controlado na parte B do LALUR que é o Livro de Apuração do Lucro Real, um livro fiscal obrigatório para as empresas tributadas pelo Lucro Real.

Já a apuração de PIS e COFINS tem o cálculo normal sobre o faturamento, com alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente e há direito a deduções do valor a pagar por meio de créditos previstos na legislação.

Para efeito da incidência do IRPJ e da CSLL, o Lucro Real das pessoas jurídicas deve ser apurado na data de encerramento do período de apuração: LUCRO REAL TRIMESTRAL: 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro. LUCRO REAL ANUAL: 31 de dezembro de cada ano-calendário

No Lucro Real Trimestral, a tributação é definitiva, ou seja, o resultado apurado em cada trimestre não se confunde com os demais, devendo o imposto ser pago até o último dia subsequente ao encerramento do trimestre.

No Lucro Real anual, as pessoas jurídicas podem efetuar mensalmente o pagamento do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, devidos no curso do período calculado sobre a base de cálculo estimada (antecipação), realizando a apuração definitiva apenas ao final do ano-calendário ou na data do evento (em caso de fusão, cisão, incorporação ou extinção da pessoa jurídica).

Contudo, apesar de o regime de apuração ser opcional para as pessoas jurídicas, existem aquelas que são obrigadas ao Lucro Real, conforme o quadro que se segue:

Pessoas Jurídicas Obrigadas à apuração do Lucro Real (Lei 9.718/98 art.14)
A) Entidade cuja receita total no período anterior seja superior ao limite de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses.
B) Entidades cujas atividades sejam de bancos, caixas econômicas, sociedade de crédito, de crédito imobiliário, financiamento e investimento, Valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresa de seguros privados, entidades de previdência aberta.
C) Entidades que obtiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior
D) Pessoas jurídicas que, autorizadas por lei, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto
E) Entidades que tenham pago por regime de estimativa no decorrer do ano-calendário.
F) Entidades que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços
G) Entidades que explorem as atividades de securitização de créditos imobiliários, financeiros e do agronegócio

Quadro 1

Fonte: Fonte própria

Quanto a Demonstração do Lucro Real que pode ser trimestral ou anual, a sua escrituração deverá ser realizada no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) que será evidenciado principalmente na ECF – Escrituração Contábil Fiscal. Sobre o LALUR, ele é dividido em duas partes:

PARTE A	PARTE B
Onde são registrados os lançamentos de Ajustes (Adições e Exclusões) ao Resultado Contábil e a Demonstração do Lucro Real. Estes ajustes, em regra, são os mesmos para apuração da base de cálculo da CSLL, com algumas exceções.	Onde são controlados os valores dos ajustes que influenciarão o Lucro Real de períodos de apuração futuros e os valores excedentes de deduções do imposto (adições/ exclusões temporárias e saldos de prejuízos fiscais, para fins de compensação futura).

Quadro 2

Fonte: Fonte própria

2.2.1.1 ADIÇÕES E EXCLUSÕES AO LUCRO REAL

É preciso enfatizar que, essas adições e exclusões podem ser temporárias ou definitivas. Uma despesa que não é aceita agora (não dedutível) e nem será no futuro, é considerada uma adição definitiva. Em contrapartida, uma despesa não dedutível pelo Fisco em um período, que será atendido em períodos seguintes, é considerada como adição temporária. Ou seja, será dedutível nos próximos períodos, não sendo agora por determinação da legislação fiscal. O Raciocínio é o mesmo para receita.

As adições são despesas contabilizadas NÃO aceitas pelo Fisco ou receitas exigidas pelo Fisco e não contabilizadas em Receita.

Exemplo: Despesas com brindes aos funcionários.

As exclusões são receitas contabilizadas NÃO são exigidas pelo Fisco ou despesas aceitas pelo Fisco e não contabilizadas em Despesa.

Exemplo: Resultado positivo de Equivalência Patrimonial

2.2.2 LUCRO PRESUMIDO

O Lucro Presumido é uma forma de tributação simplificada para determinação da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das pessoas jurídicas.

A sistemática é utilizada para presumir o lucro da pessoa jurídica a partir de sua receita bruta e outras receitas sujeitas a tributação para fins de IRPJ e CSLL, cujas alíquotas são de 15% e 9% e o adicional para o IRPJ será de 10% sobre a parcela da base de cálculo que exceder o valor resultante da multiplicação de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses do período de apuração, ou seja, R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) no trimestre. No entanto, para

esse cálculo, deve se levar em conta os percentuais de presunção que são aplicados à receita bruta para calcular o Lucro Presumido

O Lucro Presumido é apurado trimestralmente nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano calendário, ou na data do evento especial da pessoa jurídica, ocorrida no curso do ano calendário.

As pessoas jurídicas poderão optar pelo Lucro presumido se obtiveram uma receita bruta total igual ou inferior a R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais), no ano-calendário anterior, ou a R\$6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) multiplicados pelo número de meses em atividade no ano-calendário anterior.

A manifestação pelo Lucro Presumido se dará com o pagamento do DARF ou única quota do imposto devido correspondente ao primeiro período de apuração de cada ano-calendário.

Vale ressaltar que a pessoa jurídica que efetuou o pagamento do imposto com base no lucro presumido e que, em relação ao mesmo ano-calendário, incorrer em situação de obrigatoriedade de apuração pelo Lucro Real em virtude do limite de receita, ficará obrigado a este último a partir do ano-calendário subsequente.

Todas as receitas postergadas de tributação em virtude da opção do regime de caixa devem ser incluídas na base de cálculo e tributadas no 4º trimestre.

Não é permitido REDARF para alterar o código da receita identificador da opção manifestada.

3 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: LUCRO REAL x LUCRO PRESUMIDO

3.1 O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

O Planejamento Tributário ou Fiscal é um instrumento catalisador que, dentro da legislação, busca encontrar base jurídica e lícita para a redução de desembolso de caixa com a quitação de tributos, cuja finalidade principal é evitar a incidência tributária, ou seja, prevenir da ocorrência do fato gerador ou minimizá-lo, tanto a sua base como o percentual de alíquota. É evidente que é um planejamento de suma importância para o contribuinte tendo em vista tais fatos, pois é por meio deste instrumento que poderá se promover uma elisão fiscal, ou seja, uma diminuição de gastos com encargos tributários que são identificados após as declarações fiscais

junto ao Fisco (EFD – Escrituração Fiscal Digital, ECF – Escrituração Contábil Fiscal principalmente).

Esta ferramenta, chamada de Planejamento Tributário, consta de uma série de ideias, planos e outros procedimentos que visem a anulação, redução ou adiamento do pagamento dos tributos, conseguindo-se assim, alguma minimização da carga tributária incidente sobre o negócio da empresa, e consequente melhoria dos seus resultados financeiros. (BORGES, 2015)

Além disso, essa prática consiste em buscar estratégias para que em determinados momentos, as operações da empresa não configurem fatos geradores de tributos, ou encontrar outros meios para que as obrigações tributárias fiquem menos onerosas. (Martins, 2015)

Vale ressaltar que, o Planejamento Fiscal não se restringe apenas a um tipo de plano. Apesar de possuir o objetivo principal igual, existem várias maneiras de realizar esse planejamento, o que vai ao encontro da afirmativa: “Há várias formas de efetuar o planejamento tributário, com o objetivo principal de reduzir e amenizar os impactos fiscais nas empresas e pessoas físicas.” (Pêgas, 2017)

3.2 REALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Neste estudo, iremos realizar um estudo hipotético comparando a estrutura do Lucro Real e a do Lucro Presumido em uma Empresa real prestadora de serviços de gestão de recursos e fundos de investimentos que em 2017 optou pelo Lucro Presumido e que possui expectativa de manter sua carteira de clientes.

Dessa forma, através da análise de seu resultado contábil, decide verificar se a empresa se enquadrando no Lucro Real, iria promover uma elisão fiscal e assim uma redução de caixa com o pagamento de tributos, sendo eles: O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL) as Contribuições para o Financiamento a Seguridade Social (COFINS) e Contribuições de Programa de Integridade Social (PIS).

Para a realização do teste foi considerado o regime de competência para ambas as opções de apuração fiscal.

A entidade apresentou as seguintes demonstrações em 2017:

DRE		
31 de Dezembro 2017		
Regime de Apuração pelo Lucro Presumido		
Receita de Serviços Prestados		9.922.181,15
(-) Dedução da Receita Bruta		(607.149,73)
PIS	(64.494,16)	
COFINS	(297.665,39)	
ISS	(244.990,18)	
(=) Receita Líquida de Serviços		9.315.031,42
(-) Despesas Operacionais		(2.933.522,22)
Despesas com Pessoal	(1.347.993,23)	
Participação nos Lucros	(723.000,00)	
Despesas com Serviços de 3º	(305.365,13)	
Despesa com Energia Elétrica	(58.691,09)	
Despesa com Aluguel	(1.364.616,28)	
Despesa de Viagens	(177.895,04)	
Despesa com IPTU	(31.536,87)	
Despesa Tributos Diversos	(16.433,36)	
Despesa com Multas	(26.336,62)	
Despesas não Dedutíveis	(260,00)	
Despesas com Seguros	(53.087,23)	
Perda com Valores a Receber	(11.051,16)	
Resultado de MEP	1.182.743,79	
(=) EBITDA	6.381.509,20	
Despesa com Depreciação e Amortização	(298.621,13)	
(=) EBIT	6.082.888,07	
(+/-) Resultado Financeiro		158.168,15
Despesa Financeira	(1.063,53)	
Receita Financeira	159.231,68	
(=) Lucro Antes do IR e CSLL (LAIR)		6.241.056,22

Quadro 3

Fonte: Fonte própria

Observando o quadro acima verifica-se que a entidade respeita as alíquotas de PIS (0,65%) e COFINS (3%) para o Lucro Presumido, deduzindo de sua receita bruta conforme consta na Demonstração do Resultado do Exercício acima

Balço Patrimonial			
ATIVO		PASSIVO	
Circulante	2.601.103,20	Circulante	2.890.207,21
- Disponibilidades	1.840.412,34	- Obrigações trabalhistas	800.013,07
- Contas a Receber	740.793,19	- Fornecedores e contas a pagar	1.300.031,95
- Adiantamentos e despesas antecipadas	19.897,67	- Impostos a Recolher	790.162,19
Não Circulante	5.373.347,90	Não Circulante	6.250,00
- Valores a Receber de sociedade ligadas	5.782,32	- Valores a Pagar a sociedades ligadas	6.250,00
- Investimento	3.130.368,84		
- Imobilizado	2.237.196,74	Patrimônio Líquido	5.077.993,89
		- Capital Social	3.286.000,00
		- Capital Social a Integralizar	(150.000,00)
		- Reserva de Lucros	1.941.993,89
Total do Ativo	7.974.451,10	Total do Passivo	7.974.451,10

Quadro 4

Fonte: Fonte própria

3.2.1 ESTUDO DAS QUESTÕES FISCAIS DO FATO PESQUISADO

No presente estudo é realizado um resumo das questões fiscais do Lucro Real e do Lucro Presumido que visa uma atenuação do gasto com tributos federais, amparando-se nas legislações vigentes, sendo elas principalmente as leis: Lei nº 10.637/02; Lei nº 10.833/03; Lei nº 9.430/96; Lei nº 7.689/88.

3.2.2 APURAÇÃO LUCRO REAL

O Estudo irá destrinchar sob a forma do regime Não Cumulativo o cálculo do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, apurados com base no Lucro Real anual.

Em primeiro lugar, iremos identificar os créditos de PIS e COFINS cabíveis com base nas despesas operacionais da entidade, com base no Art. 3º da Lei 10.637/02 que disserta sobre esse assunto.

- **Créditos de PIS e COFINS não Cumulativo**

Cálculo do Crédito de PIS e COFINS Não Cumulativo					
Mês	Despesas			Crédito	
	Aluguel	Energia	Deprec/Amort	PIS 1,65%	COFINS 7,6%
Janeiro	102.074,97	5.432,59	25.435,94	2.193,57	10.103,71
Fevereiro	95.301,27	5.253,84	25.088,16	2.073,11	9.548,89
Março	95.369,27	4.640,70	25.088,23	2.064,12	9.507,46
Abril	95.335,27	5.128,88	24.810,21	2.067,03	9.520,85
Mai	95.335,27	4.981,90	24.810,15	2.064,60	9.509,68
Junho	95.335,27	4.922,97	24.782,06	2.063,16	9.503,06
Julho	95.335,27	4.730,00	24.767,70	2.059,74	9.487,31
Agosto	95.335,27	4.413,50	24.767,70	2.054,52	9.463,25
Setembro	95.335,27	5.215,60	24.767,70	2.067,76	9.524,21
Outubro	95.335,27	4.574,49	24.767,70	2.057,18	9.475,49
Novembro	95.335,27	4.715,22	24.767,70	2.059,50	9.486,18
Dezembro	95.335,27	4.681,40	24.767,70	2.058,94	9.483,61
TOTAL	1.150.762,94	58.691,09	298.620,95	24.883,24	114.613,70

Quadro 5

Fonte: Fonte própria

Conforme interpretação do artigo 3º da Lei 10.637/20 (PIS) e Lei 10.833/03 (COFINS), foi identificada a obtenção de crédito sobre as despesas de Aluguel, Energia Elétrica e Depreciação. Estes créditos são obtidos pela aplicação das alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,6% da COFINS sobre as despesas acima listadas.

- **PIS e COFINS Não cumulativos**

Estes Créditos são registrados no ativo como Impostos a Recuperar e serão abatidos do que a entidade obteve a recolher como mostra a tabela abaixo:

Cálculo de PIS e COFINS não Cumulativo Lucro Real							
Meses	Receitas			PIS	COFINS	Crédito	
	Asses. Financeira	Taxa de ADM	Aplic.Fin*			PIS	COFINS
Janeiro	408.940,64	909.540,29	25.855,50	21.923,00	100.204,55	2.193,57	10.103,71
Fevereiro	179.366,23	720.919,77	13.202,87	14.940,54	68.421,74	2.073,11	9.548,89
Março	179.366,23	721.480,12	14.921,38	14.960,95	68.464,32	2.064,12	9.507,46
Abril	179.366,23	544.444,92	16.664,64	12.051,20	55.009,65	2.067,03	9.520,85
Mai	180.565,12	655.118,70	15.879,44	13.892,00	63.511,97	2.064,60	9.509,68
Junho	60.565,12	652.743,80	4.281,27	11.797,43	54.211,48	2.063,16	9.503,06
Julho	60.565,12	626.688,55	8.164,72	11.392,76	52.231,28	2.059,74	9.487,31
Agosto	60.565,12	693.247,35	10.989,87	12.509,34	57.289,75	2.054,52	9.463,25
Setembro	60.565,12	625.766,68	10.084,26	11.390,02	52.161,22	2.067,76	9.524,21
Outubro	60.565,12	632.868,35	12.767,87	11.524,64	52.700,94	2.057,18	9.475,49
Novembro	60.565,12	788.568,82	10.782,70	14.080,80	64.534,18	2.059,50	9.486,18
Dezembro	60.565,12	799.233,41	15.637,16	14.288,32	65.344,69	2.058,94	9.483,61
Total	1.551.560,29	8.370.620,76	159.231,68	164.750,99	754.085,76	24.883,24	114.613,70
PIS e COFINS				164.750,99		754.085,76	
Crédito de PIS E COFINS				24.883,24		114.613,70	
PIS e COFINS a Recolher				139.867,76		639.472,06	

Quadro 6

* A alíquota de PIS e COFINS é diferenciada sendo 0,65% e 4% respectivamente.

Fonte: Fonte própria

Analisando a Tabela acima, verifica-se que mesmo com obtenção de créditos de Pis e Cofins, o recolhimento dos tributos é elevado em função das alíquotas de 1,65% de PIS e 7,6% para COFINS sobre as suas Receitas de Serviços Prestados. Vale ressaltar que as três últimas linhas do quadro demonstram o abatimento do crédito obtido de PIS e COFINS com o saldo a recolher, resultando em um saldo menor em função do abatimento dos créditos.

Além disso, possui a tributação diferenciada para sua Receita com Aplicação Financeira tendo 0,65% para PIS e 4% para COFINS.

Torna-se evidente que uma empresa de serviços leva desvantagem se comparada a outra entidade de ramo distinto como comércio e indústria, pois sua despesa é mais concentrada em despesas com pessoal, pois é a mão de obra necessária para realização dos serviços e que de acordo com a legislação vigente não geram crédito de PIS e COFINS, ao contrário de indústria de comércio que por exemplo por necessidade de operação tem um gasto com imobilizado, depreciação e energia elétrica maior, dessa forma possui maiores benefícios na obtenção de crédito, sendo diretamente proporcional ao crescimento da entidade, quanto maior for a produção maior será a obtenção de créditos, pois necessitará de mais equipamentos e assim como mais energia elétrica para produção.

- **DRE ajustada**

Com os créditos de PIS e COFINS adquiridos, a contrapartida do lançamento da obtenção dos créditos no seu ativo é a redução da despesa, dessa forma, alterando a DRE que se apresentou da seguinte forma:

DRE			
31 de Dezembro 2017			
Regime de Apuração pelo Lucro Real			
Receita de Serviços Prestados			9.922.181,15
(-) Dedução da Receita Bruta			(1.162.791,94)
PIS	(163.715,99)		
COFINS	(754.085,77)		
ISS	(244.990,18)		
(=) Receita Líquida de Serviços			8.759.389,21
(-) Despesas Operacionais			(2.782.532,62)
Despesas com Pessoal	(1.347.993,23)		
Participação nos Lucros	(723.000,00)		
Despesas com Serviços de 3º	(305.365,13)		
Despesa com Energia Elétrica	(53.262,16)		
Despesa com Aluguel	(1.258.170,71)		
Despesa de Viagens	(138.779,94)		
Despesa com IPTU	(31.536,87)		
Despesa Tributos Diversos	(16.433,36)		
Despesa com Multas	(26.336,62)		
Despesas não Dedutíveis	(260,00)		
Despesas com Seguros	(53.087,23)		
Perda com Valores a Receber	(11.051,16)		
Resultado de MEP	1.182.743,79		
(=) EBITDA	5.976.856,59		
Despesa com Depreciação e Amortização	(270.998,69)		
(=) EBIT	5.705.857,90		
(+/-) Resultado Financeiro			158.168,15
Despesa Financeira	(1.063,53)		
Receita Financeira	159.231,68		
(=) Lucro Antes do IR e CSLL (LAIR)			5.864.026,05

Quadro 7

Fonte: Fonte própria

Após a obtenção da DRE ajustada, analisa-se o seu Lucro Antes do Imposto de Renda (LAIR) que, neste caso (Quadro 7) foi reduzido, ou seja, em sua apuração no Lucro Real a entidade levará um resultado menor para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social em função da diferença de alíquota do PIS e COFINS e da obtenção dos seus créditos.

- **Cálculo da Contribuição Social e Imposto de Renda – Lucro Real**

Calcula-se em primeiro lugar, a Contribuição Social para em seguida calcular o Imposto de Renda, em função de se retirar da Base de cálculo do IR, a CSLL. Analisando sua DRE, a entidade apresentou o seguinte LALUR.

Lucro Real - LALUR	
LAIR	5.864.026,05
(+) Adições	37.647,78
Despesas não Dedutíveis	260,00
Despesa com Multas	26.336,62
Perda Com Valores a Receber	11.051,16
(-) Exclusões	(1.182.743,79)
Receita de MEP	(1.182.743,79)
Base de Cálculo CSLL	4.718.930,04
CSLL 9%	424.703,70
CSLL Devido	424.703,70
Resultado antes da CSLL	4.718.930,04
(-) CSLL	(424.703,70)
Base de cálculo IR	4.294.226,34
IRRF 15%	644.133,95
Adicional 10%	405.422,63
(-) IRRF	23.884,75
IRPJ DEVIDO	1.025.671,83

Quadro 8
Fonte: Fonte própria

Analizando a tabela acima, identifica-se a adição de despesas incorridas no período que não são aceitas no fisco e que por isso, são adicionadas a base de cálculo. Verifica-se que grande parte dessa adição é advindo de Despesa com Multas, ou seja, um tipo de despesa que pode ser evitado, para não impactar negativamente no cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Em contrapartida, a entidade possui uma exclusão em função de ter uma Receita de Equivalência Patrimonial (MEP) que é uma receita não aceita pelo fisco, ou seja, beneficiando-a pois reduzirá sua base cálculo e pagando assim menos imposto.

- **Adicional de Imposto de Renda**

Neste caso, percebe-se que o adicional é elevado em função de o Lucro Apurado ser superior a parcela a deduzir de 240.000,00 (duzentos e quarenta mil) que é a multiplicação de R\$20.000,00 (vinte mil reais) pelo número dos meses do respectivo período de apuração e a diferença desses valores é sujeita à incidência do adicional, à alíquota de 10%.

- **Lucro Real**

Após a realização do teste no Lucro Real, verificou-se que a entidade apresentou um alto grau de despesas com PIS e COFINS mesmo com a obtenção de créditos, pois a alíquota para retenção é alta (0,65% para PIS e 4% para COFINS). Contudo, com este fato diminuiu-se o Lucro Antes do Imposto de Renda – LAIR, levando assim um resultado menor do que seria com estrutura de despesas no Lucro Presumido (Quadro 3).

A entidade apresentou despesas e receitas que perante ao fisco devem ser adicionadas e excluídas, neste caso, a exclusão foi maior que a adição a beneficiando neste sentido, diminuindo sua base de cálculo para o cálculo do IRPJ e CSLL.

3.2.3 APURAÇÃO LUCRO PRESUMIDO

Neste Regime de Apuração Fiscal, o Fisco permite que a entidade possa optar pelo livro caixa ou pela competência para realização da tributação da receita. Como já citado, no estudo optou-se pelo regime de competência. Com o objetivo de demonstrar tudo que foi realizado efetivamente pela entidade no seu período.

- **PIS e COFINS Cumulativos**

Cálculo de PIS E COFINS Cumulativo - Lucro Presumido				
Meses	Receitas		PIS	COFINS
	Asses. Financeira	Taxa de ADM	PIS 0,65%	COFINS 3%
Janeiro	408.940,64	909.540,29	8.570,13	39.554,43
Fevereiro	179.366,23	720.919,77	5.851,86	27.008,58
Março	179.366,23	721.480,12	5.855,50	27.025,39
Abril	179.366,23	544.444,92	4.704,77	21.714,33
Maiο	180.565,12	655.118,70	5.431,94	25.070,51
Junho	60.565,12	652.743,80	4.636,51	21.399,27
Julho	60.565,12	626.688,55	4.467,15	20.617,61
Agosto	60.565,12	693.247,35	4.899,78	22.614,37
Setembro	60.565,12	625.766,68	4.461,16	20.589,95
Outubro	60.565,12	632.868,35	4.507,32	20.803,00
Novembro	60.565,12	788.568,82	5.519,37	25.474,02
Dezembro	60.565,12	799.233,41	5.588,69	25.793,96
Total	1.551.560,29	8.370.620,76	64.494,18	297.665,43

Quadro 9

Fonte: Fonte própria

No Lucro Presumido a entidade apresentou em sua base de cálculo a receita de serviços prestados com Taxa de Administração e Assessoria Financeira. A Receita Financeira não foi tributada pois no Lucro Presumido essa não é tributada para PIS e COFINS, diferente do que acontece no Lucro Real que é tributada a alíquota diferenciada (0,65% PIS e 4% COFINS).

Dessa forma, é notório que para o PIS e COFINS o Lucro Presumido é vantajoso pois a entidade irá obter um tipo de elisão fiscal que é a não tributação da receita financeira, além das alíquotas serem menores para uma mesma base de cálculo, isso pois a base de cálculo para PIS e COFINS é a receita bruta da pessoa jurídica e não todas as receitas auferidas. Ou seja, são tributadas as receitas operacionais, que são advindas do objeto social da entidade. Destaca-se, portanto, o benefício evidente do Lucro Presumido frente ao Lucro Real que tributa sua receita financeira à 0,65% para PIS e 4% para COFINS.

- **Cálculo da Contribuição Social e Imposto de Renda – Lucro Presumido**

Lucro Presumido				
	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE
RECEITA DE SERVIÇOS	3.119.613,28	2.272.803,89	2.127.397,94	2.402.365,94
BASE DE CÁLCULO (32%)*	998.276,25	727.297,24	680.767,34	768.757,10
Receita financeira	53.979,75	36.825,35	29.238,25	39.187,73
Resultado Positivo MEP	-	-	-	1.182.743,79
BASE DE CÁLCULO	1.052.256,00	764.122,59	710.006,19	1.990.688,62
IRPJ (15%)	157.838,40	114.618,39	106.500,93	298.603,29
ADICIONAL (10%)	99.225,60	70.412,26	65.000,62	193.068,86
TOTAL IRPJ	257.064,00	185.030,65	171.501,55	491.672,16
(-) IRRF**	8.096,96	5.523,80	4.385,83	5.878,16
TOTAL IRPJ - ANO				1.081.383,60
CSLL (9%)	94.703,04	68.771,03	63.900,56	179.161,98
TOTAL CSLL - ANO				406.536,61

Quadro 10

* Percentual de Presunção do Lucro Presumido para Receita de Serviços.

** Imposto de Renda Retido na Fonte advindo de Aplicação Financeira

Fonte: Fonte própria

Neste caso, como a empresa é prestadora de serviços, tanto para o IR como para o CSLL, é aplicada a presunção de 32% sobre suas receitas de serviços e as demais receitas são tributadas 100% sem alíquota de presunção, neste caso: Receita Financeira e Resultado de MEP, isso pois não são parte do seu objeto social.

- **Adicional de Imposto de Renda**

A entidade obteve em cada trimestre um adicional elevado pois sua Base de cálculo foi superior aos 60.000,00 (sessenta mil) que é o teto no trimestre para a não tributação de adicional, dessa forma foi calculado o excedente deste teto multiplicados pela alíquota padrão de 10%.

- **Lucro Presumido**

A Entidade apresentou no Lucro Presumido uma vantagem quanto ao PIS e COFINS pois obteve uma elisão fiscal na receita financeira. Quanto ao IRPJ e a CSLL, a desvantagem é a presunção igual para o IRPJ e a CSLL, diferente de outros ramos como o de indústria que a alíquota do IRPJ é diferente da CSLL.

Além disso, a tributação 100% da Receita de MEP é um dos fatores que agravaram o aumento da base de cálculo de tributação.

É preciso destacar que em função da apuração ser trimestral, o desembolso de caixa é maior em Abril, Julho, Outubro e Janeiro para o IRPJ e a CSLL. Assim, é necessário um controle gerencial e financeiro adequado para a entidade não desembolsar uma quantia

adicional de caixa com atrasos no pagamento do DARF e prejudicar sua saúde financeira.

4. CONCLUSÃO – LUCRO REAL X LUCRO PRESUMIDO

	IRPJ	CSLL	PIS	COFINS	TOTAL
(A) Lucro Presumido	1.081.383,60	406.536,61	64.494,18	297.665,43	1.850.079,82
(B) Lucro Real	1.025.671,83	424.703,70	139.867,76	639.472,06	2.229.715,35
(A) - (B)	55.711,77	(18.167,10)	(75.373,58)	(341.806,63)	(379.635,54)

Quadro 11

Fonte: Fonte própria

Analizando os resultados dos dois regimes de apuração fiscais no Quadro 11, identifica-se que no Lucro Real a entidade possui uma vantagem na tributação do IRPJ e CSLL pois em função da Receita de Equivalência Patrimonial ser excluída da base de cálculo, o IRPJ encontrado é menor do que no Lucro Presumido em 55.711,77 (cinquenta e cinco mil, setecentos e onze reais e setenta e sete centavos) e embora a CSLL seja maior em 18.167,10 (dezoito mil, cento e sessenta e sete reais e dez centavos), o IRPJ atenua essa diferença, sendo assim seria mais adequado para a entidade se optasse pelo Lucro Real quanto a estes dois tributos.

Contudo, para a tributação do PIS e COFINS o cenário é o contrário, a apuração com base no Lucro Presumido promove uma elisão fiscal pois não possui a tributação de sua receita financeira para estes dois tributos e apesar da tributação no Lucro Real a entidade obter créditos de PIS e COFINS, as suas alíquotas são elevadas se compara as do Lucro Presumido obtendo no final um valor de 417.180,21 (quatrocentos e dezessete mil, cento e oitenta reais e vinte um centavos) que seria desembolsado a maior no Lucro Real se comparados ao Lucro Presumido, sendo assim para o PIS e COFINS o Lucro Presumido seria a melhor alternativa para a entidade.

Sendo neste caso, um importante fator de decisão, pois tendo em vista que a alíquota de PIS é 153,85% mais alta e a de COFINS 153,33% mais alta no Lucro Real, o resultado da retenção é distante um do outro, e ademais nesta empresa do ramo de serviços que não obtém grandes créditos principalmente em função de sua despesa ser concentrada em gastos com pessoal que não gera crédito de PIS e COFINS para o abatimento no saldo a recolher, ocasionando em um saldo maior a recolher em função de sua atividade.

Vale ressaltar que, embora cada regime de apuração tenha sua vantagem, a entidade só poderá optar por um dos regimes para o seu ano calendário. Neste caso, respondendo a questão levantada no início da pesquisa: **É possível reduzir o pagamento de tributos de uma entidade prestadora de serviços através de um adequado planejamento tributário comparando o Lucro Real com o Lucro Presumido?** Sim, comparando os dois regimes de apuração fiscais, identificamos vantagens em ambos quanto ao pagamento de tributos, contudo no Lucro Presumido o desembolso com o pagamento de tributos seria consideravelmente menor em função principalmente do gasto superior de PIS e COFINS se comparado ao Lucro Real, sendo assim conclui-se que é o regime de apuração fiscal da empresa atual que é o Lucro Presumido deverá continuar sendo utilizado, isso se a empresa no próximo ano calendário não apresentar nenhum fato novo que a obrigue ao Lucro Real (Quadro 1).

Recomenda-se para os próximos trabalhos que a entidade avalie anualmente seu resultado para verificar se deverá continuar com o mesmo regime de apuração fiscal para assim continuar evitando gastos desnecessários com tributos.

Além disso, recomenda-se o acompanhamento das equipes contábil e legal que devem estar trabalhando em conjunto pois as legislações podem mudar e trazer bônus e ônus para ambos os regimes fiscais, sendo assim em qualquer tipo de mudança fiscal é recomendado ou recálculo dos tributos para melhor e adequada comparação.

Referências Bibliográficas

PÊGAS, Paulo Henrique. Manual de Contabilidade Tributária. 9º Edição. Editora Atlas, 2017.

BARBIER, René. A pesquisa-ação. Liber livros: Brasília, 2007.

MARION, José Carlos. Contabilidade Básica. 10º Edição. Editora Atlas. 2009.

BORGES, Humberto Nonavides. Planejamento tributário: IPI, ICMS, ISS e IR. 14.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

OLIVEIRA, Martins de Oliveira; et all. Manual de Contabilidade Tributária.14.Ed São Paulo: Atlas,2015

BRASI. Lei 10.833 de 29 de Dezembro de 2003. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.833.htm

BRASI. Lei 10.637 de 30 de Dezembro de 2002. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10637.htm

BRASI. Lei 7.689 de 15 de Dezembro de 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7689.htm

BRASI. Lei 9.430 de 27 de Dezembro de 1996. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9430.htm

BRASIL. Lei 11.941 de 27 de Maio DE 2009. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L941.htm

ANFIP – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica

PADOVEZE, Clóvis Luiz. Contabilidade Geral. 1º Edição. Editora Intersaberes, 2016.

LUDICIBUS Sérgio de. Teoria da Contabilidade 10º Edição. Editora Atlas. 2010

HAUSSER, Paolla. Contabilidade Tributária Dos Conceitos a Aplicação. 1º Edição. 2017.

HACK, Érico. Noções preliminares de direito administrativo e direito tributário. 3 Edição. Revista Curitiba: IBPEX. 2010

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 36º Edição. Edit. Malheiros. 2015